18:06 99%

Opinião do GLOBO

Risco da nova política industrial é repetir erros da velha

Histórico recomenda ceticismo sobre os planos do governo de investir R$ 300 bilhões até 2026

O governo abriu ontem mais um capítulo na longa história das políticas industriais brasileiras. Desta vez, o plano se chama Nova Indústria Brasil e prevê financiamentos da ordem de R$ 300 bilhões até 2026, a maior parte do BNDES. É verdade que o mundo tem sido palco de uma nova onda de ações governamentais para reavivar a indústria. Mas o pretexto da "onda global" não necessariamente justifica as medidas. O governo amontoou diversos objetivos num só plano: quer reduzir a pegada de carbono, obter autonomia em tecnologias de defesa, aumentar a participação da agroindústria, transformar digitalmente as empresas etc. Não disse, porém, como cada um desses objetivos se traduzirá em benefícios e incentivos.

Fortalecer a indústria é sonho antigo dos governantes. No mundo emergente, a industrialização sempre foi vista como elevador para o desenvolvimento. No Brasil, a desindustrialização aconteceu antes de o país ficar rico. No começo dos anos 1990, o setor industrial ocupava 23% da mão de obra. Hoje ocupa 19%. A redução se deve a uma combinação de fatores internos e à conjuntura global. O Brasil não foi o único país a sofrer desindustrialização, nem o mais afetado. Na Coreia do Sul, a mão de obra industrial caiu de 36% do total em 1991 para 25%. Nos Estados Unidos também, de 23% para 19%.

Entre as várias metas apresentadas, o plano do governo mira em alguns alvos certos. Abandonou a ideia de simplesmente "reindustrializar" o país para, ao menos na teoria, destinar incentivos a pesquisa, desenvolvimento e inovação. Fez bem em escolher como destino dos recursos a agroindústria, setor em que o Brasil tem evidente vantagem comparativa. Há ainda a promessa de diminuir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios, medida que tem a vantagem de beneficiar todos os setores.

Mas o histórico dos governos como investidor — não apenas, mas especialmente, os petistas — recomenda ceticismo. Quando postas em prática, políticas industriais têm se tornado meios recorrentes de favorecer setores politicamente interessantes (indústria automotiva ou petrolífera) e obsessões desenvolvimentistas (indústria naval ou a produção de semicondutores nacionais). O adjetivo "estratégico" costuma servir de biombo para esconder a ineficiência e a improdutividade, cujo preço é pago por todos os demais setores não favorecidos — e pelo consumidor.

Outro senão tem sido a resistência crônica em criar sistemas de avaliação e correção de rumo. O provisório vira definitivo, como ilustram o caso da Zona Franca de Manaus e a profusão de regimes tributários especiais. Por pressão política ou decisões nos tribunais, mesmo quem não atinge metas continua recebendo ajuda "por direito adquirido". A captura do Estado é prática corriqueira. As exceções da reforma tributária estão aí para demonstrar.

O governo deveria ter mostrado disposição de corrigir erros históricos. Para proteger a indústria, as alíquotas de produtos importados foram colocadas nas alturas quando o sonho da substituição de importações parecia factível. Décadas depois, o regime persiste sem muita alteração, a despeito de boa parte das empresas não ter alcançado níveis mínimos de competitividade. Como resultado, o mercado é servido por produtos nacionais piores ou importados mais caros. O risco de falar em nova política industrial a esta altura é ela não passar de uma versão recauchutada, com os mesmos problemas da velha.

Rever política exitosa de preservação urbana no Rio seria um equívoco

Novo Plano Diretor abre brecha preocupante a reavaliação de Apacs, sob o risco de descaracterizar a cidade

As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apacs), instituídas na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1980, são um avanço para preservar imóveis, ruas, praças e características peculiares dos bairros, em meio a um cenário em constante transformação. Críticos veem a legislação das Apacs como engessamento, mas sem ela a memória da cidade corre risco.

Compreende-se que normas que orientam o crescimento da cidade sempre suscitarão debates, saudáveis para discutir os rumos do desenvolvimento urbano preservando o patrimônio e garantindo a qualidade de vida de moradores e visitantes. Mas não se pode simplesmente pôr abaixo uma conquista de décadas, que até hoje sobreviveu a diferentes governos, ideologias e políticas.

Por tudo isso, é preocupante que o novo Plano Diretor, sancionado na semana passada pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), abra brecha para enfraquecer o projeto das Apacs. A legislação aprovada pela Câmara, que orientará a evolução da cidade pelos próximos dez anos, afirma que "dentro do período de vigência deste Plano Diretor, as Apacs deverão passar por avaliação". Depois da sanção, Paes afirmou que Apacs não serão revistas em seu governo. Melhor assim. Mas, como o trecho não foi vetado, a possibilidade está aberta.

As Apacs são mais abrangentes que os tombamentos tradicionais, pois fixam normas para bairros inteiros. Tiveram origem no Projeto Corredor Cultural, de 1979, foram aperfeiçoadas e ampliadas nas décadas seguintes. Um de seus méritos é conjugar preservação e desenvolvimento urbano. As áreas não se tornam intocáveis, apenas ganham regras para disciplinar o crescimento e preservar as paisagens que projetaram o Rio internacionalmente.

Hoje a cidade conta com 34 Apacs (ou assemelhadas). Entre elas, os bairros de Santa Teresa e Urca, trechos de Laranjeiras, Cosme Velho, Leblon, Marechal Hermes e Santa Cruz, a Ilha de Paquetá, os Arcos da Lapa, a Fábrica de Tecidos Confiança (Vila Isabel) e áreas no entorno de bens tombados.

A política do "liberou geral" já rendeu ao Rio perdas irreparáveis. Uma delas é visível na atual Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central. Inaugurada pelo prefeito Pereira Passos em 1905, inspirada nas reformas urbanísticas de Paris, foi quase toda descaracterizada. Todos os prédios do antigo bulevar haviam sido escolhidos num concurso que reuniu os arquitetos mais brilhantes da época. Restaram pouquíssimos, como a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes, o Clube Naval, o edifício Docas de Santos.

É possível que, ao longo das últimas décadas, legisladores tenham cometido um ou outro exagero nas Apacs, que podem ser rediscutidos. Mas seria um erro rever uma política que deu certo e deveria inspirar cidades Brasil afora. É o tipo de equívoco para o qual não haverá conserto.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Sem controle

Quando o então presidente Bolsonaro desistiu de influenciar as decisões do Congresso e entregou ao Centrão a negociação do Orçamento, abriu mão de um poder que o Executivo já havia perdido, para manter uma base partidária fiel. Como seu interesse estava em outra ponta do processo político — na formação de uma base militar e popular, por meio das redes sociais, que lhe permitisse dar um autogolpe —, não se incomodou com a perda do controle do Congresso.

Tinha a maioria que impediria qualquer tentativa de impeachment, e os partidos da massa heterogênea de políticos lhe foram fiéis na campanha eleitoral. O presidente Lula venceu a eleição com a mais estreita margem de votos dos últimos anos, mas herdou um Congresso adverso. Tem sido obrigado a engolir sapos de diversos tamanhos, especialmente com a derrubada de vetos e derrotas em votações no Congresso.

Agora mesmo está às voltas com o Orçamento deste ano, em que vetou R$ 5,6 bilhões de emendas de comissão dos parlamentares. Em ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou um valor recorde de R$ 53 bilhões nesse tipo de emendas, além R$ 4,9 bilhões para fundo eleitoral, o dobro, em valores corrigidos, da última eleição para prefeitos e vereadores, em 2020.

Esse tipo de verba dá mais poder às cúpulas da Câmara e do Senado, que usam as emendas para conquistar mais influência entre os parlamentares. Quando o interesse do governo coincide com a visão conservadora majoritária no Congresso, como na reforma tributária, o governo faz avanços significativos. Avança também em ações políticas que independem do Congresso, como decisões à esquerda na política externa e a retomada de atuação do BNDES na política industrial.

Mas não tem força política para impor-se diante da maioria conservadora nas eleições, já que a popularidade de Lula não se compara ao que já foi. A intenção de Lula — evidentemente é uma estratégia montada por ele, que o PT teve de engolir — ao ceder espaço nas eleições municipais, com menos candidatos próprios, é procurar uma convivência melhor com os partidos tidos como aliados e ter mais segurança nas votações.

PT está desistindo de ter penetração nacional como partido e procura alianças com mais força estadual

Isso revela que o PT não tem quadros suficientes para tentar fazer muitos prefeitos e vereadores nas próximas eleições municipais. Nem mesmo em São Paulo, onde terá o candidato do PSOL, Guilherme Boulos, como cabeça de chapa. Está desistindo de ter penetração nacional como partido e procura alianças com mais força estadual.

Mesmo que essa grande aliança dê certo na maioria dos estados, e aliados vençam as eleições, não será uma vitória do PT. Ele, em muitos casos, apenas pegará carona. É uma aceitação de que a popularidade de Lula não é mais suficiente para eleger prefeitos e vereadores e de que o PT não tem condições de impor nada no Congresso — precisa fazer acordos.

Mostra também como a situação do PT está difícil e complicada como nunca. Mesmo porque, do lado da direita, existem forças políticas de oposição muito fortes. O PSD está se transformando numa espécie de PMDB de antigamente, com cobertura nacional, apoios diversificados e situação mais importante que o PT no plano nacional.

Vamos ver se a estratégia de Lula funciona. Seja como for, ela mostra claramente que o PT não tem mais condições de tentar ser o grande partido nacional que já foi, situação que gostaria de manter. Com o controle do Congresso pelos partidos do Centrão, as vitórias passam a ser dos congressistas, e não do governo Lula.

As votações mostram a independência dos partidos aliados, que não têm compromisso com os valores petistas. Quando o PT controlava o Congresso por meio de emendas e negociações que muitas vezes eram negociatas, os partidos envolvidos não tinham poder político, seguiam o líder. Hoje, não precisam do líder para aprovar ou derrotar propostas e têm força para derrubar vetos quando bem lhes aprouver. Como ameaçam fazer com o veto às emendas de comissões.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Letícia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Bartolsa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cordeiro - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariberto Dias Lopes - ariberto.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gabi@oglobo.com.br
Arte e Que Roção: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
Ela: Mariana Caruso - mcaruso@oglobo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - mailcrio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte a domingo)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Domingos: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contratos para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de venda, acesse para verificar o status: oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4333
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free